

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 148/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de maio de 2021, bem como no Parecer nº 100/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado JOSÉ RICARDO ALVES - MaSP 1.158.761-5, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 4, lotado no Presídio de Cataguases à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto nos art. 216, incisos V e VI, e art. 217, inciso IV, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, incisos I e III, e art. 250, incisos I, II e VI, todos da Lei 869, de 1952; ainda, converte o ato de desligamento em penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado MANOEL LUIZ MATHIAS JUNIOR- MaSP 1.229.844-4, desligado do cargo em comissão DAD-5, admissão 2, também lotado no Presídio de Cataguases à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto nos art. 216, incisos V e VI, e art. 217, inciso IV, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, incisos I e III, e art. 250, incisos I, II e VI, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados, do advogado Rômulo Pereira de Andrade OAB/MG 206.706 e da defensora dativa Ana Adelaide Silva Carajileskov - MaSP 1.388.745-0. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 20 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 008/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 7 de janeiro de 2023, bem como no Parecer nº 99/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade de REPREENSÃO ao processado ENIO DE FREITAS - MaSP 1.079.919-5, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 3, lotado na Penitenciária de Contagem I - Nelson Hungria à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V, VI e VII, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 20 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por WESLEY FERREIRA DE SOUZA - MaSP 1.305.331-9, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 333/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 11 de dezembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 23/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 20 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentados por EMANUEL AUGUSTO ROSA ASSUNÇÃO – MASP: 1.277.459-2 e NARA GUIA VILAR – MASP: 1.376.816-3, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 286/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 14 de dezembro de 2024, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 118/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificados e dos advogados Luiz Antônio de Oliveira Lima OAB/MG 151.952 e Pedro Augusto De Lima Felipe e Possa OAB/MG 174.484. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 20 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 453/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 27 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 127/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 45 (quarenta e cinco) dias ao processado ALDO RODRIGUES BARBOSA - MaSP 1.173.405-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado na Penitenciária de Unai I - Agostinho de Oliveira Junior à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Vínicius Soares de Oliveira OAB/ MG 132.025. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 21 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

21 2046769 - 1

PORTARIA SULOT Nº 21/2025, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025  
O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, André de Andrade Ranieri, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Estadual nº. 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021, considerando a apuração realizada e noticiada no Memorando. SEJUSP/DCO nº 285/2025 (107345752), RESOLVE:  
Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa SAMIR CAVALCANTE AUR, CNPJ: 18.261.811/0001-01, sediada na Rua João de Maria Linhares, nº 30, Bairro COHAB I, CEP 62.052-460, Sobral/CE, para:  
1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 338/2024 (107326444), cujo objeto é a "Contratação da prestação de serviços de preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma administrada, dentro das instalações do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições

higiênic-sanitárias adequadas, aos adolescentes acautelados e servidores públicos a serviço na unidade socioeducativa em epígrafe, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência", por parte da empresa SAMIR CAVALCANTE AUR, tendo em vista que a licitante não realizou a confirmação do valor proposto pela própria empresa em campo próprio, como solicitado pelo pregoeiro, em uma conduta anticompetitiva do fornecedor que, além de proporcionar dificuldades para a comissão de licitação, gerou atrasos indevidos para a conclusão do certame, que se resume em prejuízo à Administração Pública, como o fracasso do Pregão e consequente necessidade de contratação emergencial.

Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadrar-se no inciso IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCA-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.  
Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.  
André de Andrade Ranieri  
Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

21 2047010 - 1

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria de Instauração/COGE nº 7/2023, bem como no Parecer Técnico 17 (106736167), aplica a penalidade de SUSPENSÃO de 90 (noventa) dias à processada MÔNICA ESTEVES PEREIRA E MOREIRA, MaSP 1.374.881-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 1, à época dos fatos ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros por infringência aos artigos 216, incisos V, VI, artigo 217 incisos IV, artigo 246, incisos I e III da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952; SUSPENSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS ao processado WALQUIRES PEREIRA, MaSP 1.221.375-7, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 1, à época, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros II, por infringência aos artigos 216, incisos V, VI e VIII, artigo 246, incisos I e III da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952; SUSPENSÃO DE 60 (SESSENTA DIAS) ao processado GILTON COSTA SILVA, MaSP 1.221.056-3, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 1, à época dos fatos ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros por infringência aos artigos 216, incisos V, VI, artigo 218 caput e parágrafo único c/c artigo 245 caput e parágrafo único, artigo 246, incisos I e III, e artigo 264 da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952; ABSOLVE os processados PEDRO DE ARAÚJO MAIA, MASP 1.106.732-9, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 3, à época dos fatos ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros II, por infringência aos artigos 216, incisos V, VI e VIII, artigo 246, incisos I e III da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952; ABSOLVE o processado PEDRO DE ARAÚJO MAIA, MASP 1.106.732-9, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 3, à época dos fatos ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros II, por infringência aos artigos 216, incisos V, VI e VIII, artigo 246, incisos I e III da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952; ABSOLVE a servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Assistente Executiva de Defesa Social, admissão 1, à época dos fatos responsável pelo setor de RH do Presídio Regional de Montes Claros II e HELDER SOARES VELOSO, MASP 1.106.991-1, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário (ASP), admissão 2, à época dos fatos ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral do Presídio Regional de Montes Claros II, nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa das processadas acima qualificadas e do(a) advogado(a) Victor Bruno Alves de Jesus Danem Rodrigues OAB/MG Nº 157.255, Adilson Mendes Costa Junior OAB/MG 125.751, Wellington Ribeiro de Souza OAB/MG 161.76, Guilherme Augusto Ferreira Gonçalves de Quadros OAB/MG nº 194.498. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 20 de fevereiro de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

21 2046730 - 1

PORTARIA SULOT Nº 22/2025, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025  
O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, André de Andrade Ranieri, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Estadual nº. 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021, considerando a apuração realizada e noticiada no Memorando. SEJUSP/DCO nº 289/2025 (107371269), RESOLVE:  
Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa TRYX ACOES INTELIGENTES LTDA, CNPJ: 20.079.368/0001-02, sediada na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 1550, Conjunto 2706, Bairro Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04.711-130, São Paulo/SP, para:

1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 338/2024 (107367046), cujo objeto é a "Contratação da prestação de serviços de preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma administrada, dentro das instalações do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênic-sanitárias adequadas, aos adolescentes acautelados e servidores públicos a serviço na unidade socioeducativa em epígrafe, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência", por parte da empresa TRYX ACOES INTELIGENTES LTDA, tendo em vista que a licitante não apresentou proposta ajustada ao prazo estipulado, levando a sua desclassificação, fracasso do Pregão e consequente necessidade de contratação emergencial.

Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadrar-se nos incisos II e IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCA-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.  
Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025  
André de Andrade Ranieri  
Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

21 2047012 - 1

ATO 184, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.  
OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 184/2025 – REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 171, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:  
MASP 13805890, ANTERILDO ALEXANDRE MIRANDA JUNIOR, PP - POLICIAL PENAL, Nível IV, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 19/02/2025.  
MASP 14364038, ÍGOR GONZAGA DE OLIVEIRA, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 18/02/2025.  
MASP 13874078, PEDRO HENRIQUE DE SOUSA SILVA , PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 19/02/2025.  
MASP 13789947, KÁTIA GONÇALVES SOUZA, ASP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 18/02/2025.  
MASP 14546030, BRUNO ALMEIDA CARVALHO, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 19/02/2025.

MASP 15936677, PATRICK DO CARMO FAZOLA, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 20/02/2025.  
MASP 12343133, MARIA CAROLINA GONÇALVES DE FARIA, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível III, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-3, a partir de 14/02/2025.

Ana Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

No impedimento,  
Henrique Rodrigues Chaves Pereira Ferri  
(Designado para Responder pela Superintendência de Recursos Humanos)

21 2046564 - 1

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/ NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 003/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 12 de janeiro de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o Policial Penal, ITALO C. C. ALVES - MASP 1.339.xxx-4, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência das testemunhas a ser realizada em 25/03/2025 (terça-feira) às 09h00 e 09h30min, bem como para seu INTERROGATÓRIO que será realizado também no dia 25/03/2025 (terça-feira) às 10h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (https://meet.google.com/jaa-kgku-ddd), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: nucad13@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. ITALO C. C. ALVES - MASP 1.339.xxx-4, Admissão 1, Policial Penal.

Barbacena, 13 de fevereiro de 2025  
Guilherme Rasmussen Codinho  
Masp.: 1.379.045-6  
Presidente da Comissão

13 20343677 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e Licença de Operação (LP+LI+LO): \*VERDE Transmissão de Energia S.A. - Seccionamento da LT 345 kV Pirapora 2 - Três Marias CI na SE Burtizeiro 3 - Linhas de transmissão de energia elétrica - Burtizeiro/MG - PA Nº 2011/2023 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 18/02/2035. \*\*Informa ainda que foi expedida Autorização para Intervenção Ambiental nº 1370.01.0004661/2023-32 para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 4.818 ha, Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP em 0,282 ha Intervenção em área de preservação permanente - APP - Sem supressão de cobertura vegetal nativa em 0,084ha e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em 12,129 ha com validade até 18/02/2035.  
(a) Fernando Baliani da Silva  
Diretor de Gestão Regional.

21 2046707 - 1

Pauta da 134ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

Data: 06 de março de 2025, às 14h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w

1. Abertura pelo Presidente da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ).

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos Conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 133ª RO de 05/12/2024.

6. Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - Pecma. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

7. Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenção Ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizada em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculado ao Licenciamento Ambiental.

7.1 CEMIG Distribuição S.A./Linha de Distribuição Araçuaí 2 - Itinga, 138 kV- Derivação Sigma - Empreendimento Linear - Municípios de Araçuaí/MG e Itinga/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0046770/2022-62 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 5.4300 ha - Área Passível de Aprovação: 5.4300 ha; e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 3.1000 ha e supressão de 112 árvores - Área Passível de Aprovação: 3.1000 ha e supressão de 112 árvores - Fitofisionomia: Floresta Estacional Decidual - Estágio de Regeneração: Inicial e Médio. Apresentação: URFBio Nordeste

8. Assuntos gerais.

9. Encerramento.

(a) Leonardo Monteiro Rodrigues,  
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha

21 2046933 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAC2-LIC-LO: 1) Ambientec Soluções em Resíduos Ltda., Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, vapor de mercúrio, outros vapores metálicos, de luz mista e lâmpadas especiais que contenham mercúrio; Tratamento térmico de resíduos tais como incineração, pirólise, gaseificação e plasma; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados; Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos; Unidade de Transferência de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS) e Tratamento de resíduos de serviços de saúde (Grupos A e E com contaminação biológica), visando a redução ou eliminação da carga microbiana, tais como desinfecção química, autoclave ou micro-ondas, Iguatama/MG, Processo nº 1808/2025, Classe 4.

Sra. Kamila Esteves Leal  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foi cancelada a Licença Ambiental Simplificada - LAS/Cadastro do empreendimento abaixo identificado: 1) J.T.S. Indústria & Comércio Ltda. Distribuidora Santana - Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento- Cláudio/MG - Processo nº 1266/2021,Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Kamila Esteves Leal  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

21 2046950 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Joseane Gomes Fernandes - Fabricação de vinagre, conservas e condimentos - Ubal/MG, Protocolo nº: 1358/2025.

(a) Mônica Veloso de Oliveira,  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

21 2046955 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificado, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 3 anos e 10 meses, com vencimento em 18/12/2028, nos termos do Decreto 47.383/2018, arts. 35, § 8º e 37, § 2º:

1) Posto da Bandeira Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Três Marias/MG - Protocolo nº 1483/2025.

(a) Mônica Veloso de Oliveira,  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

21 2046981 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que foram encerrados os Termos de Ajustamento de Conduta dos processos abaixo identificados:

1) Município de Janaúba e Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas - União da Serra Geral - Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASSP e Disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A4, B sólido não perigoso, E sem contaminação biológica, Grupo D, e Grupos A1, A2 e E com contaminação biológica submetidos a tratamento prévio) em aterro sanitário, aterro para resíduos não perigosos – classe II A, ou célula de disposição especial, Janaúba/MG, PA/SLA nº 1361/2023 PA SEI nº 1370.01.0059279/2022-40, Classe 3. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 20/04/2023. Motivo: concessão de licença.

2) LAC1 (Licença de Operação em Caráter Corretivo): Walter de Souza / Fazenda Serra do Mar - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada e Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muars, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Grão Mogol/MG - PA/Nº 15221/2005/002/2018 - Classe 3. Vigência: 02 (dois) anos, contados da data da assinatura: 10/04/2019. Motivo: concessão de licença.

(a) Mônica Veloso de Oliveira,  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

21 2046912 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: \*Nilton Cesar Camilo - Fazenda da Paca Piripanga, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Divisa Nova/MG, PA nº 1773/2025, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

21 2046928 - 1

O Coordenador de Análise Técnica do Triângulo Mineiro, designado para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e \*prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) LCM Construção e Comércio S.A, Usinas de produção de concreto asfáltico, Presidente Olegário/MG, PA nº. 1604/2025, Classe 2; 2) Assis & Shimada Empreendimentos Agrícolas Ltda/Fazenda Água Limpa I e Serra Negra, lugar denominado "Fazenda Água Limpa I", Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Coromandel/MG, PA nº. 1609/2025, Classe 2; 3) Datterra - Atividades Rurais Ltda, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Coromandel/MG, PA nº. 1557/2025, Classe 2; 4) Verde Transmissão de Energia S.A/ Canteiro de Obras - Tiros, Usinas de produção de concreto comum, Tiros/MG, PA nº. 1556/2025, Classe 2; 5) Henrique Takeo Okamura/Fazenda Morada do Sol e Santo Antônio do Quilombo - Matriculas - 26509; 26510 e 26511, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Ibiá/MG, PA nº. 1759/2025, Classe 2.

(a) Rodrigo Angelis Alvarez

Coordenador de Análise Técnica do Triângulo Mineiro, designado para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba.

21 2046690 - 1

## Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

#### ARQUIVAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL